S. R.

Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

REUNIÃO EM SESSÃO ORDINÁRIA

11 de dezembro de 2024

Súmula das deliberações tomadas

1. Ratificado o despacho a designar um senhor Juiz Conselheiro para integrar o Grupo de trabalho ad hoc sobre a formação dos auditores de justiça e magistrados nas plataformas SITAF, CITIUS e MAGISTRATUS.

2. Ratificado o despacho a dar por finda a comissão de serviço do senhor Juiz Conselheiro António Bento São Pedro para movimentar processos da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo.

3. Foram nomeados dois Senhores Juízes de direito para exercerem funções, em regime de acumulação, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa/Juízo Administrativo Comum e no Tribunal Tributário de Lisboa/Juízo de Execução Fiscal e de Recursos Contraordenacionais.

4. Foi autorizada a nomeação da Senhora Conselheira Dulce Manuel Conceição Neto para presidir a Comissão para estudar os termos e condições para a aplicação do método previsto no n.º 2 do artigo 46.º do Código do IMI.

5. Foi Indeferida a impugnação administrativa da deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 4 de abril de 2024, que prorrogou os prazos de validade dos concursos abertos pelos Avisos n.º

2695/2022 e n.º 2696/2022 e pedido de esclarecimentos sobre a mesma deliberação.

6. Foi designado como Vogal para o Conselho dos Oficiais de Justiça, o Senhor Juiz de direito Marco Aurélio Madureira Moreira.

7. Foi ordenada a emissão de duas ordens de pagamento nos termos do artigo 172.º do CPTA.

8. Foram alteradas as espécies de processos nos Tribunais Centrais Administrativos.

9. Foi fixada uma remuneração a atribuir à Senhora Juíza de Direito Paula Cristina de Carvalho Mestre Vinagre, pelo exercício de funções, em regime de acumulação, de harmonia com o disposto no artigo 29.º do EMJ.

10. Foi arquivada uma **r**eclamação apresentada por um particular e arquivada uma participação disciplinar contra um magistrado desta jurisdição.

11. Foi determinado a abertura de um inquérito a um magistrado desta jurisdição.

12. Foram aprovadas novas regras arquivísticas para a gestão documental dos processos , alterando a deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administra◎vos e Fiscais de 19-04-2016.

13. Foi deliberado iniciar o procedimento para a designação de Presidente para os Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona de Lisboa e Ilhas.

14. Foi criado o grupo de trabalho *Inteligência Artificial; código de conduta*.

Será realizada nova sessão do CSTAF, no mês de janeiro, que será agendada oportunamente e anunciada no site do CSTAF.

A Juiz Secretária do CSTAF
Juíza Desembargadora, Eliana de Almeida Pinto